

# APRESENTAÇÃO





# MOVIMENTOS POLÍTICOS E DISCURSIVOS EM PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: FRAGMENTOS DE UMA HISTÓRIA

Adriana Marcondes Machado  
Ana Beatriz Coutinho Lerner  
Paula Fontana Fonseca

A memória, quando revive fatos do passado,  
traz sempre consigo elementos afetivos e  
imaginários. Mas se espera do memorialista  
um relato fiel do que ele presenciou. Peço  
licença para contar de novo – pois os fatos são  
sempre os mesmos – o que já contei tantas  
vezes, como testemunha que fui.

*Ecléa Bosi*

## DA PSICOLOGIA DO ESCOLAR PARA A PSICOLOGIA ESCOLAR

Analisar o percurso de reflexões e práticas relacionadas à trajetória do Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP) implica ressaltar algumas de suas inflexões e descontinuidades e o que elas ensejaram em termos dos deslocamentos políticos e discursivos no campo das articulações entre Psicologia e Educação.

O IPUSP foi criado no bojo da reforma universitária de 1968, efetivada em 1970. Anteriormente à sua fundação, a Cadeira de Psicologia Educacional era ministrada na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, localizada na Rua Maria Antonia, e tinha como Diretor o professor catedrático Arrigo Angelini. Os temas abarcados por essa área relacionavam-se ao estudo dos distúrbios físicos e psíquicos das dificuldades de aprendizagem, problemas visuais e dislexia, lateralidade e alfabetização, questões conceituais e experimentais da aprendizagem e técnicas de avaliação psicológica. Essas disciplinas estavam a cargo dos professores Maria José Aguirre, Romeu de Moraes Almeida, Odete Lourenção e do próprio Arrigo Angelini.

Na ocasião da reforma universitária, foram criadas várias unidades na USP, entre elas a Faculdade de Educação e o Instituto de Psicologia, que se tornaram unidades independentes da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, pouco depois extinta e desmembrada. De acordo com estudo realizado em 1997 para uma reestruturação curricular do curso de graduação em Psicologia, esse momento histórico foi marcado pela “luta pelo poder

e pela obtenção de verbas, disputa esta que tinha como arma importante o número de disciplinas obrigatórias ministradas por cada departamento e unidade” (IPUSP, 1997).

Docentes da Faculdade de Educação defenderam que a Psicologia Educacional deveria ser incorporada ao curso de formação do educador e não poderia designar um departamento do, então nascente, Instituto de Psicologia. Diante dessa controvérsia, o professor Samuel Pfromm Netto, ao examinar os temas de Psicologia incluídos nos manuais de Psicologia Educacional, concluiu que as questões ligadas a aprendizagem, desenvolvimento e personalidade eram pertinentes ao campo da Psicologia, o que respaldou a decisão quanto ao nome de um dos departamentos do Instituto de Psicologia: Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade (PSA). O PSA tem, portanto, sua origem ligada à Cátedra de Psicologia Educacional, mas, em função dessa disputa com a Faculdade de Educação, o termo educacional não batizou essa nova figura da estrutura uspiana (Barbosa, 2011).

Uma das referências importantes da história da Psicologia Escolar no Brasil é a professora Maria Helena Souza Patto. Maria Helena havia cursado, como estudante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, a disciplina intitulada Psicologia *do* Escolar e Problemas da Aprendizagem, ministrada na Cadeira de Psicologia Educacional. Quando cursava o quinto ano da graduação, em 1965, formada em bacharelado e licenciatura, foi convidada para ser Auxiliar de Ensino, primeiro grau da carreira docente à época, trabalhando conjuntamente com outros professores e professoras dessa disciplina.

Até então, a vertente que predominava no ensino da Psicologia *do* Escolar era o estudo das características intrínsecas aos alunos e do aprimoramento das formas de avaliação e identificação das capacidades e habilidades consideradas necessárias ao processo de aprendizagem, a fim de garantir sua eficiência. Entendia-se que a criança que apresentava dificuldades no processo de escolarização, em função das diferenças que incidiam em sua vida – condição de moradia, escolarização dos progenitores, nível socioeconômico – era inadaptada e necessitava de avaliação psicológica para bom entendimento das causas do desajuste tendo em vista decidir sobre o encaminhamento adequado para cada caso. As dificuldades eram compreendidas como geradas exclusivamente por causas físicas, sensoriais, intelectuais e neurológicas.

As obras de Bourdieu (1998), um dos principais nomes da Sociologia da Educação, já haviam demonstrado a forte correlação entre a origem familiar e social dos alunos e seu êxito ou fracasso escolar. Em “Categorias do juízo professoral”, o autor afirma que a avaliação escolar invariavelmente carrega marcas de um julgamento cultural e moral dos alunos de acordo com suas condições individuais, familiares e sociais, dando relevo à dimensão de dominação e manutenção do *status quo* operada pela escola.

As leituras de José Carlos Martins, Michel Foucault, Maud Mannoni, Pierre Bourdieu e de outros autores do vasto campo das ciências humanas fundamentaram as críticas que Patto passou a empreender à hegemonia de certa Psicologia na abordagem dos problemas de aprendizagem. Com essa postura, Maria Helena passou a questionar a concepção de escola como promotora de igualdade de oportunidades e criticar a prática de avaliação psicológica, de inspiração norte-americana, que tinha como função principal a seleção dos mais e dos menos aptos à escolarização.

Ao se tornar responsável pela disciplina *Psicologia do Escolar e Problemas da Aprendizagem*, a professora Maria Helena Patto fez cair a preposição *do* presente no nome da disciplina, renomeando-a como *Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem*. Essa alteração promoveu uma importante inflexão no campo discursivo e político das articulações entre a Psicologia e a Educação, na medida em que deslocou o centro da discussão para a função da escola em uma sociedade capitalista. Para a autora:

[...] é impossível falar de Psicologia da Educação, Escolar ou Educacional se não tivermos uma concepção do que é a instituição escolar. O que é a escola em uma sociedade capitalista? A que ela vem? Precisamos compreender a história moderna e contemporânea, conhecer não só a filosofia da educação, mas a história da pedagogia, da criação dos sistemas nacionais de ensino durante o século XIX nos países europeus que têm essa história como pano de fundo (Patto apud Barbosa, 2011, p.643).

Assim rebatizada, a disciplina *Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem* passa a trazer em seu nome o entusiasmo de uma ruptura acerca do processo de produção dos fracassados na escola, deflagrando a necessidade de compreensão da participação das práticas psicológicas na constituição dos problemas de aprendizagem. A retirada da preposição *do* revela uma concepção histórico-crítica da instituição escolar e a força empreendida para realização do objetivo de não mais localizar no corpo *do* aluno a raiz explicativa dos problemas de aprendizagem.

Ressaltando a importância dos condicionantes econômicos, sociais e políticos na visão de mundo que legitima as práticas responsáveis pela produção do fracasso escolar e as contradições presentes na escola e nas concepções de Psicologia, Maria Helena publica, em 1990, o livro *A produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia*, fruto de sua tese de livre-docência. Como destaca Carvalho (2015), esse livro recebeu o prêmio concedido em 1995 pela Apeoesp de publicação de maior relevância para a área, tornando-se referência em cursos e concursos de graduação e pós-graduação. O autor destaca que:

[...] a obra de Patto representou uma ruptura teórico-metodológica nos estudos sobre o fracasso escolar; [...] instituindo um novo marco na compreensão dos processos psicossociais envolvidos nas práticas sociais e escolares responsáveis pela produção dos “reprovados”, “fracassados” e por toda a sorte de estigmas que afirmam a incompatibilidade de certas crianças das classes populares para com a aprendizagem e a cultura escolar. (Carvalho, 2015, p.406)

Analisar os estigmas que acompanham a vida dessas crianças e se fazem presentes na produção do fracasso escolar implica em articular o cruzamento de vários elementos para fazer lembrar que ali há uma criança. Suas vidas ganham destaque. A convivência e o acesso a suas histórias e cotidiano fazem cair por terra a teoria da carência cultural e

torna absolutamente imprescindível a consideração da dimensão do preconceito, repetido e legitimado pelo discurso escolar, de que essas crianças são alvo.

## O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA ESCOLAR

Ao longo da década de 1970, o desejo de criação de um serviço de Psicologia Escolar intensificou-se com a exigência do cumprimento de horas de estágio para obtenção do diploma de psicólogo e a necessidade de fortalecer o eixo da extensão universitária, alinhada à formação dos alunos. A reforma universitária e a mudança do Instituto de Psicologia para o *campus* do Butantã ocasionaram disputas e a necessidade de reorganização. Professores antes ligados a diferentes Cadeiras de um mesmo curso passaram a fazer parte de diferentes departamentos. Esses anos foram vividos sob a tensão dos tempos da ditadura e decisivos na redefinição dos objetivos da Psicologia Escolar na Universidade de São Paulo. As contradições se acirraram em várias áreas e, na discussão sobre Psicologia e Educação, alguns aderiram ao tecnicismo, difundindo a instrução programada e modificação do comportamento de crianças desviantes, enquanto outros ressaltavam o caráter ideológico e excludente das escolas públicas. As discussões sobre a contribuição da Psicologia na manutenção da ordem vigente e injusta presente no país defendiam que a compreensão do fato de grande parcela de crianças de classes populares apresentarem dificuldades em seu processo de escolarização exigia a consideração das relações cotidianas nas instituições escolares.

Apesar de a criação do Serviço de Psicologia Escolar estar originalmente atrelada a práticas de avaliação psicológica voltadas para o diagnóstico das chamadas *dificuldades de aprendizagem* na chave da Psicologia do Escolar, as mudanças estruturais na organização do curso de Psicologia, a divisão departamental e o fato de Maria Helena Patto ter realizado discussões acerca da relação entre a desigualdade social em uma sociedade capitalista e a produção dos problemas de aprendizagem, alteraram significativamente as direções e as justificativas para a existência de um Serviço de Psicologia Escolar.

A necessidade de um Serviço que atuasse junto à formação dos estudantes frente às problemáticas da Educação culminou na designação de um grupo de professores, em 1976, para elaboração de um anteprojeto que contemplasse suas finalidades, atribuições e recursos. Em 1977, foi criado um conjunto de disciplinas na área de Psicologia Escolar nas quais os estudantes realizavam estágios nas escolas, participavam do cotidiano escolar e tinham mais acesso a elementos presentes na multideterminação em que se tramam as relações institucionais. Esses estágios demandavam supervisões que passaram a ser realizadas por docentes contratadas e ligadas à disciplina *Psicologia Escolar e Problemas da Aprendizagem*<sup>1</sup> e outras disciplinas optativas da área.

---

1 Maria Helena Souza Patto ministrava as aulas e estudantes da graduação, monitoras das disciplinas, organizavam os estágios e realizavam as supervisões dos alunos. Em 1978, a professora Marlene Guirado ingressou como Auxiliar de Ensino para trabalhar nessas disciplinas e manteve a atividade de supervisão durante dois anos. A professora Ronilda Ribeiro colaborou vários anos como supervisora dos estágios tendo trabalhado juntamente com a professora Ana Maria Curto Rodrigues que ingressou em 1984 e veio a falecer em janeiro de 1988.

Em 1977, mesmo sem cumprir as exigências propostas no anteprojeto no que concerne à contratação de psicólogos para trabalhar no Serviço, a organização dos estágios e as supervisões realizadas por docentes instituíram o Serviço de Psicologia Escolar no quadro do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade.

Durante os anos seguintes, até o início da década de 1980, o que se percebia é que o grande número de alunos que realizavam estágios e a sobrecarga das docentes não permitia um trabalho de continuidade na relação com as escolas.

Como afirma Patto (1997, p.9):

[...] percebemos que só poderíamos desenvolver um trabalho mais consequente, duradouro e ético se déssemos início ao atendimento efetivo de algumas unidades escolares, nas quais os alunos do curso de graduação em Psicologia realizassem a cada ano seu estágio, sem que sua passagem necessariamente transitória pela escola implicasse em descontinuidade ou término dos trabalhos, o que vinha tornando, com razão, o pessoal docente e administrativo das escolas cada vez mais refratário à presença de estagiários.

Em 1985, oito anos depois da instalação do Serviço, foram contratadas as primeiras psicólogas que tinham como função primordial dar apoio às disciplinas optativas que convidavam o graduando de Psicologia a adentrar no terreno escolar. Os processos de seleção das psicólogas valorizavam uma visão crítica da função social da escola e suas articulações com o trabalho institucional<sup>2</sup>.

O SePE passou, então, a contar com a atuação de diferentes psicólogas e docentes que compuseram um quadro diverso de linhas de pensamento, concepções teóricas e proposições de práticas que assegurassem um diálogo que efetivamente considerasse as diferenças de pontos de vista para estabelecer possíveis campos comuns. Sustentar um debate profícuo, nas palavras de Guy Hall, significa “resistir à tentação de atenuar as diferenças ou de promover falsas concordâncias. Em vez disso o que necessitamos é a reformulação dos sistemas irreduzíveis que cada um tem.” (Hall, 2001, p.11)

Nesse espírito, alternaram-se na coordenação do SePE as docentes Ana Maria Curto Rodrigues (1985-1987), Maria Cristina Machado Kupfer (1988-1996), que fundou, em 1990, o *Lugar de Vida – Centro de Educação Terapêutica*, importante campo de estágio na formação de estudantes de Psicologia, Marilene Proença Rebello de Souza (1996-2007), novamente Maria Cristina Machado Kupfer (2008-2013) e Adriana Marcondes Machado (desde 2014).

---

2 As primeiras psicólogas contratadas foram Marilene Proença Rebello de Souza, Sílvia Helena Vieira Cruz e Cintia Copit Freller.

A equipe de psicólogas também sofreu alterações<sup>3</sup>. Algumas trabalharam muito anos no Serviço de Psicologia Escolar: Cintia Copit Freller (1985-2005) e Beatriz de Paula Souza (1989-2011), hoje, vinculadas a Laboratórios do Instituto de Psicologia, onde desenvolvem pesquisas e intervenções alinhadas à direção política que sustenta as práticas do Serviço; Adriana Marcondes Machado trabalhou como psicóloga do SePE durante vinte e quatro anos (1986-2010) e, desde 2010, é docente do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade; Yara Sayão, aposentada em 2016, dedicou-se durante 28 anos ao Serviço, responsável, juntamente com Adriana Marcondes Machado, pela criação do Plantão Institucional e pelo impulso à interface da Psicologia com a Assistência Social, especialmente por meio dos estágios e parcerias com instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. Desde 2010, o quadro atual de funcionárias é composto também por Ana Beatriz Coutinho Lerner e Paula Fontana Fonseca, que têm formação e experiência em Psicanálise, Educação e Saúde Mental e foram responsáveis pela criação do Núcleo de Educação Terapêutica e pelo fomento da interface com equipamentos de Saúde Mental para a infância.

As inflexões produzidas no percurso da discussão sobre a interface Psicologia e Educação no curso de Psicologia e a presença de docentes e psicólogas com diferentes linhas teóricas compuseram o caráter múltiplo das concepções teóricas e práticas desenvolvidas pelo Serviço de Psicologia Escolar, sedimentadas em torno de uma questão precisa: como exercer uma postura crítica frente às demandas e aos encaminhamentos dos educadores à Psicologia?

Orientados por esta questão ética, foram criados dispositivos de atendimento clínico-educacionais, como o Lugar de Vida, a Orientação à Queixa Escolar e o Plantão Institucional, que tiveram e têm importante papel na formação dos alunos de graduação e pós-graduação e no atendimento às demandas da comunidade escolar endereçadas ao Serviço.

Alguns dos desdobramentos teórico-conceituais desta questão orientadora podem ser encontrados no livro *Psicologia Escolar: em busca de novos rumos*, organizado pela equipe do Serviço de Psicologia Escolar com a colaboração de algumas ex-alunas e publicado em 1997, vinte anos após a fundação do Serviço. Com uma concepção que analisa criticamente a visão do aluno e sua família como o foco dos problemas escolares, a posição do Serviço defendia a necessidade de o psicólogo considerar os complexos processos sociais, históricos e culturais presentes no dia-a-dia escolar, por meio dos quais se constituem alunos encaminhados por dificuldades de aprendizagem ou de comportamento (Machado e Souza, 1997).

Os efeitos dessa proposição podem ser sentidos nos trabalhos apresentados no livro, que hoje celebra vinte anos, e que então já anunciava a busca de novos rumos. Naquele momento, os trabalhos em grupos, as conversas com educadores, as pesquisas participativas, a promoção da circulação dos discursos, a problematização da produção da

---

3 Denise Trento e Sílvia Helena Cruz permaneceram cerca de um ano no Serviço e, hoje, são docentes, respectivamente, na Faculdade de Educação da USP e na Universidade Federal do Ceará. Marilene Proença Rebello de Souza foi psicóloga do Serviço de Psicologia Escolar de 1985 a 1988, quando ingressou na carreira docente no IPUSP.



queixa escolar e o trabalho institucional constituíam um campo teórico-metodológico que dava sustentação às ações do SePE. Mas, esse campo nunca é estático quando se trata de incidir sobre as formas hegemônicas presentes em uma construção histórica que confere estatuto de anormalidade e desigualdade às diferenças. Trabalhando em escolas públicas e com uma população sem privilégios, cada prática criada, ao mesmo tempo que buscava a melhoria da qualidade da escola, via-se enredada a mecanismos perigosos que impediam a capacidade de pensar. Quando vamos às escolas buscamos analisar o processo de constituição do que foi observado e vivido. Como afirma Machado (2007, p.86):

[...] as cenas e acontecimentos no interior de uma sala de aula e de outros espaços da escola são efeitos de um campo de forças que precisamos habitar de uma maneira não ingênua. Focamos, em nosso trabalho, as questões subjetivas (processos de subjetivação) presentes no processo de ensino e de aprendizagem. Estas questões se engendram em um funcionamento institucional, isto é, em um território estabelecido por práticas, saberes e relações de poder. Habitar este território de uma maneira não ingênua implica termos acesso às funções que estamos ocupando quando vamos à escola, isto é, a maneira como habitamos esse território não depende apenas de nossas intenções e objetivos, mas também da forma como incluímos as demandas dos educadores e os usos e efeitos em relação à nossa presença nas instituições.

Hoje, vinte anos após a publicação desse livro e quarenta anos da fundação do Serviço, nos vemos impelidas a reafirmar o compromisso social com este legado, que comparece no fundamento de toda e qualquer ação empreendida quando se tem por horizonte o trabalho com a infância e seu *locus* privilegiado na contemporaneidade que é a escola.

## DA ESCOLA PARA A EDUCAÇÃO

Os últimos vinte anos do SePE constituíram-se como um terreno fértil para a experimentação de diferentes formas de sustentar o compromisso social com a qualidade da Educação Pública no país. Testemunhamos grandes mudanças na forma como a Educação e a escola têm sido organizadas no Brasil: a democratização do acesso à escola, implementação da Política de Educação Inclusiva, aumento no tempo de escolarização obrigatória, fortalecimento e ampliação da Educação Infantil – que consideramos conquistas – vieram acompanhadas da precarização do trabalho docente, da exclusão na inclusão, das dificuldades de permanência dos alunos na escola, da disseminação de instituições não governamentais que complementam a função educativa da escola, do crescimento do número de famílias e de crianças em situação de vulnerabilidade e da entrada e predominância do discurso médico e jurídico no campo educativo.

O atravessamento de todos esses discursos e acontecimentos históricos e políticos na Educação fizeram com que ampliássemos o escopo de nosso trabalho, ultrapassando

em muito a atuação exclusivamente junto às escolas. Vivemos, também, mudanças no âmbito da universidade trazidas por uma reforma curricular empreendida em 2004 que propôs alterações no quadro de disciplinas da área de Psicologia Escolar. Duas disciplinas tornaram-se obrigatórias: *Sujeito, Educação e Sociedade* e *Psicologia e Educação*. Havia duas disciplinas optativas no currículo anterior: *Psicanálise e Educação* e *Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem II*. Com a mudança curricular, manteve-se a disciplina *Psicanálise e Educação* e uma nova disciplina optativa passou a ser oferecida aos alunos da graduação: *Psicologia Escolar e Práticas Institucionais*.

As mudanças das disciplinas alteraram as atividades teórico-práticas empreendidas na formação dos alunos. A criação da disciplina *Sujeito, Educação e Sociedade* visava ao aprofundamento da reflexão sobre as funções da Educação na sociedade e as concepções de sujeito que daí decorrem. A disciplina *Psicologia e Educação* passou a abordar os diversos aspectos que constituem a escolarização e as diferentes explicações a respeito do fracasso escolar na história do pensamento educacional brasileiro a partir de uma perspectiva histórico-crítica. A disciplina optativa *Psicanálise e Educação* buscava construir uma visão crítica a respeito da abordagem psicanalítica do fenômeno educativo, bem como desenvolver formas de atuação do psicólogo em instituições escolares e de tratamento, com ênfase na perspectiva da inclusão escolar e social. *Psicologia Escolar e Práticas Institucionais*, também optativa, foi pensada de modo a construir, juntamente com os alunos e os estágios, formas de analisar e agir nos acontecimentos educacionais dando relevo ao processo de produção social, político e histórico das relações institucionais em equipamentos com função educacional. Essa disciplina contempla uma das justificativas que subsidiaram a criação do Serviço de Psicologia Escolar: a necessidade da presença de psicólogos próximos dos estagiários de Psicologia, supervisionando os trabalhos organizados nas instituições educativas que se abrem para formação de nossos estudantes.

Em todas essas disciplinas e ações, é garantida a problematização da ação da Psicologia no campo da Educação tendo em vista as relações de saber e poder que compõem as instituições sociais.

O desafio de exercer uma postura crítica “reconhece que a desconstrução necessária na formação dos estudantes de Psicologia para que aprendam a intervir nos processos institucionais vividos durante os estágios requer, também, a desconstrução de uma forma de pensar que cria um suposto sujeito fora do diagrama de forças” (Machado, 2014, p.12). Tarefa nada fácil e que nos faz compreender o que tanto ouvimos dos estudantes pelos corredores do Instituto de Psicologia: é nas experiências dos vários estágios realizados durante a graduação e supervisionados pelos psicólogos, que as reflexões operadas no curso ganham intensas marcas.

## AMPLIAÇÃO DA EXTENSÃO

Da descrição do conteúdo das disciplinas podemos também extrair os elementos presentes nas linhas de pensamento e ação do Serviço de Psicologia Escolar – constituição do sujeito, escola, educação, instituições, tratamento, sociedade, crítica e política – que ensejaram a criação de diferentes dispositivos de atendimento e formação.

Em 1997, o Serviço de Psicologia, por iniciativa das psicólogas Adriana Marcondes Machado e Yara Sayão, criou o Plantão Institucional, uma modalidade de atendimento oferecido pelo SePE para grupos de profissionais que trabalham na área de Educação e na interface da Psicologia com os campos da Educação, da Saúde Mental e da Assistência Social. Sua criação responde ao pedido de interlocução e reflexão sobre os impasses vividos cotidianamente pelos profissionais que atuam no campo educacional.

O trabalho de formação/intervenção realizado pelo Plantão Institucional pretende incidir, principalmente, sobre as representações, crenças e valores que se materializam nas formas de agir e de pensar, permeando atividades de cuidado e de educação dirigidas à infância e à adolescência. (Machado e Sayão, 2017)

Desde sua criação, foram atendidas mais de uma centena de instituições, entre elas escolas públicas de Ensino Fundamental e de Educação Infantil, equipamentos de complementação à escola, serviços de acolhimento institucional e equipes multidisciplinares ligadas às Secretarias municipais de Educação, Saúde e Assistência Social de diversos municípios.

Ganhou força, ao longo desses anos de trabalho, uma concepção de Educação que supõe que os processos educativos não acontecem apenas no interior das escolas. Entendemos Educação como o processo de transmissão de conhecimento e marcas simbólicas que ocorre em diversos espaços institucionais. Os desdobramentos dessa reflexão nos levaram a abrir outras frentes de atuação para abarcar a interface do educativo com os campos da Saúde e Assistência Social, estendendo nossa intervenção a outros espaços de formação e cuidado da infância e da adolescência.

Tal ampliação se reflete atualmente na diversidade de atendimentos à comunidade, bem como de campos de estágio oferecidos aos alunos do Instituto de Psicologia: escolas, programas de complementação escolar, instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, Centros de Atenção Psicossociais Infanto-Juvenis, entre outros.

Em 2013, foi criado o Núcleo de Educação Terapêutica (NET) pelas psicólogas Ana Beatriz Coutinho Lerner e Paula Fontana Fonseca, inspirado em experiências de instituições de tratamento e escolarização de crianças que apresentam dificuldades no estabelecimento do laço social e, por consequência, vivem vicissitudes importantes na vida escolar<sup>4</sup>. A constituição desse Núcleo fundamenta-se no desenvolvimento de um campo teórico-clínico denominado Educação Terapêutica, que aproxima Psicanálise e Educação e enseja um conjunto de práticas de tratamento, com especial ênfase nas práticas educacionais, que visa à retomada do desenvolvimento global de crianças e adolescentes com transtornos psíquicos. Em termos formais, o Núcleo de Educação Terapêutica conta com três dispositivos de tratamento: o atendimento grupal, o atendimento individual e a

---

4 Escola Experimental Bonneuil-sur-Marne, fundada por Maud Mannoni na França, Le Courtil, fundado por Alexandre Stevens, na Bélgica e Lugar de Vida – Centro de Educação Terapêutica, fundado por Maria Cristina Machado Kupfer, Lina Galetti de Oliveira e Marize Guglielmetti, no Brasil.

interface com a escola para acompanhamento dos percursos de escolarização das crianças (Lerner et al., 2016).

Desde sua origem, o NET esteve atrelado à pesquisa “Metodologia IRDI: uma intervenção com educadores de creche a partir da psicanálise”, sob responsabilidade da docente Maria Cristina Machado Kupfer, e contou com apoio técnico da psicóloga Paula Fontana Fonseca. No espírito de fortalecer o eixo da extensão e sua articulação com a docência e a pesquisa, o Núcleo de Educação Terapêutica oferece estágios aos alunos de graduação nos dispositivos grupal e individual e também no acompanhamento escolar das crianças atendidas.

As alterações conceituais e práticas nas disciplinas e nas ações do Serviço de Psicologia Escolar estenderam o escopo do trabalho. Se a retirada da preposição *do* em Psicologia do Escolar gerou inflexões importantes na implantação do Serviço ao final da década de 1970, hoje podemos afirmar que as ampliações vividas nos últimos anos possibilitaram abrir frentes de atuação e reflexão que abarcam a interface do educativo também com os campos da Saúde e da Assistência Social.

De uma Psicologia adjetivada como Escolar, criamos um campo de atuação e discussão que se localiza entre a Psicologia, a Educação e as práticas institucionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: DE QUE FIM NOS APROXIMAMOS?

Atualmente, vivemos sob a égide de um discurso universitário que anuncia a crise e o consequente enxugamento de recursos financeiros que dão sustentação às atividades da universidade pública em nosso país. Desde 2014, o Instituto de Psicologia da USP perdeu mais de trinta funcionários – por meio do plano de incentivo à demissão voluntária – e cerca de dez aderiram ao plano de incentivo à redução de jornada de trabalho. Soma-se a isso, a implementação do registro eletrônico de ponto para todos os funcionários – aqueles com funções exclusivamente administrativas e também os que desenvolvem trabalhos técnicos e acadêmicos – o que, de acordo com o discurso oficial, justifica-se pela pretensão de organizar o cotidiano de trabalho.

A atuação dos psicólogos que dão apoio ao ensino, à extensão e à pesquisa do Serviço de Psicologia Escolar é fruto de desdobramentos históricos e políticos que tornaram necessário que nosso trabalho se desse em rede, o que nos levou a ações em equipamentos públicos de Saúde, Educação e Assistência Social para que pudéssemos oferecer serviços, formação e produção de conhecimento com qualidade e implicação ética. O exercício da função dos psicólogos no Instituto de Psicologia da USP permitiu que vários Serviços e Laboratórios do IP desenvolvessem ações e reflexões que se tornaram referência em várias áreas, o que não teria sido possível sem um contrato de trabalho assentado em uma perspectiva de formação ético-política “que viabiliza a experiência da liberdade como ação no mundo” (Carvalho, 2010, p.849).

As medidas administrativas que dão o tom da universidade pública nos últimos anos desconsideram a natureza e as especificidades das atividades acadêmicas. A estratégia de contabilizar o trabalho por horas implica na renúncia frente à responsabilidade de

criar estratégias de incentivo e acompanhamento da qualidade das ações nos âmbitos de formação, extensão e pesquisa essenciais para a manutenção da excelência da universidade pública em nosso país.

O empobrecimento e mutilação dos trabalhos para que eles caibam em uma concepção simplista e generalista que se impõe na atualidade é reflexo do esvaziamento do debate político em prol de modelos tecnicistas de gestão de pessoas. A regra atual, segundo Voltolini (2016, p.84) é simplificar para melhor gerir, destacando essa “característica emblemática dos nossos tempos: no lugar da política, a administração”.

Nesses quarentas anos de existência, o SePE trabalhou incansavelmente pela melhoria na qualidade da educação pública no Brasil na Educação Infantil e Básica – por meio das parcerias institucionais, assessorias, estágios etc. – e no Ensino Superior por constituir-se como um serviço que sempre contribuiu fortemente para a formação ética e crítica dos alunos que por aqui passaram em seu percurso de graduação e pós-graduação.

Nossa trajetória, que se constitui a partir de movimentos políticos e discursivos no campo da Psicologia e Educação, não é linear. Ela produz seus efeitos para além do âmbito da Universidade, na medida em que convida pessoas que atuam no campo a construir suas próprias trajetórias a partir das marcas formativas impressas pela passagem pelo Serviço. Os trabalhos que compõem este livro são expressões dessas marcas e do que os autores construíram a partir de suas próprias trajetórias.

Esses trabalhos carregam movimentos de resistência que relançam nossa aposta em uma psicologia crítica e inventiva a serviço da expansão da vida e do combate à opressão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bourdieu, P. (1998) *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes.
- Bosi, E. (2011). Memórias da Psicologia. In Otta, E., Oliveira, P.S., & Mannini, C. R.B.B. (Orgs.) *40 anos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp.
- Barbosa, D. R. (2011). *Estudos para uma história da Psicologia Educacional e Escolar no Brasil*. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-22072011-163136/pt-br.php>.
- Carvalho, J.S.F. (2015). A produção do fracasso escolar: a trajetória de um clássico. In PATTO, M.H.S. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia* (4ª ed.). São Paulo: Intermeios.
- Carvalho, J.S.F. (2010). A liberdade educa ou a educação liberta? Uma crítica das pedagogias da autonomia à luz do pensamento de Hannah Arendt. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 36(3), 839-851.
- IPUSP. (1997) *Estudo para uma reestruturação curricular do curso de graduação*.
- Hall, G. (2001). Introdução. In Burgoyne, B., & Sullivan, M. (Eds.), *Diálogos Klein-Lacan* (p. 9-12). São Paulo: Via Letera.
- Lerner, A.B.C., Fonseca, P. F., Oliveira, G., & Franco, J. C. (2016). Núcleo de Educação Terapêutica: um espaço de invenção na clínica com crianças psicóticas. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 19(2), 259-274. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2016v19n2p259.5>.
- Machado, A. M. (2007). Estágio na escola pública: reflexões inspiradas na psicologia escolar. *Temas em Psicologia*, 15(1), 85-90. Recuperado em 30 maio, 2017, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2007000100009&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2007000100009&lng=pt&tlng=pt).
- Machado, A.M., & Sayão, Y. (2017) Plantão Institucional em tempos difíceis: uma prática *psi* no campo da educação. In Machado, A.M., Lerner, A.B.C., Fonseca, P.F. (Orgs.) *Concepções e proposições em Psicologia e Educação*. São Paulo: Blucher.
- Machado, A.M., & Souza, M.PR. (Orgs.). (1997) *Psicologia Escolar: em busca de novos rumos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Patto, M.H.S. (2015) *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia* (4ª. ed.). São Paulo: Intermeios.

Patto, M.H.S. (1997). Prefácio. In Machado, A. M., & Souza, M.P.R. (Orgs.). (1997) *Psicologia Escolar: em busca de novos rumos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Voltolini, R. (2016). Saúde Mental e escola. In *Cadernos de Debate do NAAPA: questões do cotidiano escolar*. São Paulo: SME/COPED.

